



Bibliotecas episódicas no Brasil: estudio sobre o fenômeno da  
impermanência em bibliotecas públicas situadas no nordeste do  
Brasil, na cidade de Floriano, estado do Piauí

**Andreina Alves de Sousa Virginio**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – Brasil.

[andreinadocumentos@gmail.com](mailto:andreinadocumentos@gmail.com)

**Edmir Perrotti**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – Brasil.

[perrotti@usp.br](mailto:perrotti@usp.br)

**Resumo:** Este trabalho resulta de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como base central a problemática do enraizamento cultural das bibliotecas no Brasil. Tal problemática se inscreveria em quadro histórico marcado por fratura observável entre equipamentos culturais oficiais e sociedade, no Brasil, condição que origina os constantes processos de invisibilizações, descolamentos culturais, desmontes estruturais e/ou fechamentos desses equipamentos, outorgados pelos poderes públicos sem considerarem, atentamente, os contextos socioculturais onde são implantados. Quanto aos objetivos, esta pesquisa, propõe-se a analisar e interpretar relações entre Biblioteca e Sociedade observáveis no Brasil, tendo como base empírica o desaparecimento de bibliotecas públicas em Floriano, cidade situada no interior do Estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil. Do ponto de vista específico, o trabalho propõe-se a analisar o transcurso histórico das bibliotecas públicas no país e realizar uma reflexão crítica sobre o papel educativo e cultural dessas bibliotecas como instituições de memória cultural na sociedade brasileira; discutir os efeitos das fraturas existentes entre sociedade e instituições de cultura, a exemplo das bibliotecas; por outro lado, será realizado, também, uma cartografia histórico das bibliotecas públicas do município de Floriano, relacionando o conjunto dessa micro-história à cronografia social e cultural das bibliotecas do país, tendo como base documentos (formais e informais) e, em especial, a narrativa dos participantes (memória social).

**Palavras-chave:** Biblioteca; Biblioteca Pública; Enraizamento cultural; História das bibliotecas (Brasil)



## 1. Introdução

A proposta deste trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil. Tal investigação pretende analisar o problema do enraizamento cultural das bibliotecas no país, a partir da historicidade de três instituições biblioteconômicas, criadas respectivamente no ano de 1954, 2002 e 2010, situadas no Estado do Piauí, na cidade de Floriano, na região Nordeste do Brasil.

Em comum, todas essas bibliotecas desapareceram após pouco tempo de suas criações, sem praticamente, deixarem vestígios notáveis, nem, por outro lado, produzirem estranhamento ou comoção social, digna de nota. Tal situação nos levou a perguntar sobre o sentido de tais desaparecimentos recorrentes, se tais “bibliotecas episódicas”, seriam prenúncio de uma época em que instituições bibliotecárias deixaram de ter importância educacional e cultural no país e, por isso, destinam-se ao abandonado e ao esquecimento social? A criação e manutenção de bibliotecas em nosso tempo, em especial no contexto da cidade de Floriano seria atitude passadista, que não corresponderiam mais às expectativas da “modernidade líquida” (Bauman, 2001)? Ou, em sentido inverso, seria possível ver na situação a marca histórica da modernidade/colonialidade sem conquistas importantes que efetivem o enraizamento de bibliotecas na vida sociocultural brasileira?

A problemática do enraizamento cultural apareceu-nos, assim, como hipótese que poderia explicar o fenômeno das bibliotecas episódicas em outras regiões do país e que se ligariam aos constantes processos de precarização desses equipamentos, criados de maneira outorgada e arbitrária pelos poderes públicos, desenvolvidos sem diálogo com a sociedade que, em grande parte, desconhece as bibliotecas tanto quanto estas os desconhecem. Nesses termos, as políticas públicas são vistas sob viés paternalista e funcionalista, distantes das dimensões sociais, culturais, educativas que seriam próprias às bibliotecas quando tomadas como instituições que representam e dialogam com os valores da sociedade e não simplesmente apresentam-se como organizações que operam serviços de transferência de signos.

Assim, tomando como base empírica o mencionado e recorrente desaparecimento das bibliotecas públicas de Floriano (PI) – Biblioteca Municipal Hugo Vitor Guimarães (1956); Biblioteca Municipal Profa. Emília Martins (2002) e Biblioteca Municipal Matilde da Silva Santos (2010), talvez seja possível lançar novas luzes sobre o fechamento de quase 800 bibliotecas públicas entre os anos de 2015 e 2019, no Brasil (CNN Brasil, 2022), colocando em causa os modos como poderes públicos autocráticos tratam as instituições culturais no país.

Nestes termos, a pesquisa tem por objetivo geral, analisar e interpretar, à luz da problemática do enraizamento cultural, relações entre Biblioteca e Sociedade observáveis no Brasil contemporâneo, mas que não se limitem talvez ao tempo presente. A exemplo temos os jesuítas, já no século XVI, que instalaram bibliotecas em seus colégios. Estas, todavia, embora



tivessem vida mais longa que as “episódicas” antes referidas, desapareceram no século XVIII, após a expulsão destes religiosos de territórios lusitanos pela política do Marquês de Pombal. Do ponto de vista específico, propomo-nos a analisar o transcurso histórico das bibliotecas públicas desaparecidas da cidade de Florianópolis e a partir delas, refletir criticamente sobre o papel das bibliotecas como instituição de memória cultural na sociedade brasileira. Nesse sentido, será realizado um mapeamento histórico das bibliotecas públicas do município de Florianópolis, relacionando o conjunto dessa micro-história à cronografia social e cultural das bibliotecas do país, bem como das instituições culturais, em geral, no Brasil.

Para tanto, a pesquisa buscará identificar vestígios de sentidos e significados dessa “bibliotecas episódicas” na memória social da cidade, a fim de localizar eventuais resistências aos desaparecimentos que permitam apontar caminhos para ressignificação da biblioteca pública na vida social, cultural e educativa local, bem como possibilidades e condições para seu enraizamento na vida sociocultural do país. A questão do enraizamento foi observada como condição possível em uma experiência, por nós estudada, na mesma cidade, durante o Mestrado em Ciência da Informação, no período de 2015 à 2018, cujo resultado possibilitou vislumbrar a criação de vínculos consistentes entre Biblioteca e Sociedade e que, diferentemente do que vem ocorrendo com as ditas “bibliotecas episódicas”, superam o problema do enraizamento histórico e, em função disso, foram por nós nomeadas como “*bibliotecas mandacarus*”<sup>1</sup>.

Neste contexto investigativo, optamos pelo paradigma indiciário, desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989; 2007), historiador italiano, que discute numa perspectiva contemporânea e inovadora, a emergência de um “modelo epistemológico” ou “paradigma científico” voltado às especificidades e peculiaridades das ciências humanas e sociais. Ele, então, desenvolve, por meio de pesquisa documental, uma referência paradigmática de investigação chamada “paradigma indiciário”. Segundo Ginzburg (1989) a proposta historiográfica está pautada na observação de singularidades de um fenômeno, tendo como fundamento a análise de dados, firmada em pistas, sintomas e indícios, vistos pelo autor como os pressupostos da observação indiciária. Parte desta perspectiva, a micro-história (Ginzburg, 2007; Ginzburg; Castelnovo; Poni, 1989) que, em oposição aos grandes e sofisticados modelos interpretativos intrínsecos à macro-história, examina a “realidade opaca” permitindo ao pesquisador atentar para o que está obscurecido, coberto e/ou latente nos documentos e nos espaços de pesquisa, condição que implica observar “os elementos pouco notados ou despercebidos” numa análise cuidadosa, “a partir da experiência da decifração de pistas”, com o propósito de reconstruir o fenômeno estudado para “além dos dados sensíveis” (Ginzburg, 1989, p. 147, 152 e 158).

---

<sup>1</sup> Analogia com uma planta, do gênero cactus, nativa do Brasil, adaptada às condições climáticas do semiárido, que se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território brasileiro. O Clima Semiárido é caracterizado por suas altas temperaturas, chuvas escassas e mal distribuídas, com longos períodos de estiagem. É, portanto, o clima mais quente do Brasil, dominante no sertão nordestino.



Ao pensarmos através deste caminho metodológico deveríamos levar em consideração que tal investigação nasce de uma hipótese formulada a partir de indícios observados em contextos locais e específicos, no Piauí, mas pretende tomar tais indícios como questão geral da sociedade brasileira - a ausência de raízes culturais das bibliotecas no país. Neste sentido, não caberia pensarmos somente o contexto empírico da pesquisa sob entendimento “do específico” e “do local” ou “regional” (estudo de caso). A problemática deveria, então, ser pensada sob uma perspectiva abrangente, a partir de sinais deixados pela história em torno das bibliotecas do país. Logo, o paradigma indiciário, de orientação “ginzburgiana”, mostrou-se caminho favorável e propositivo para esta pesquisa.

Assim, consideramos como elementos para a produção de dados desta pesquisa: **a)** o enfoque empírico, a partir da observação do fenômeno de impermanências e, conseqüente, desaparecimento das bibliotecas públicas em Floriano, Piauí (Brasil); **b)** a abordagem quantitativa e interpretativa, empreendida a partir da análise documental e das narrativas coletadas por meio de entrevistas e; **c)** a operabilidade a partir da “redução de escala” (Revel, 1998), que consiste, numa “análise microscópica” dessas impermanências, com vistas para o panorama deste fenômeno no contexto brasileiro.

Ao iniciarmos a investigação e, posteriormente, a análise dos dados, levaremos em consideração os seguintes pressupostos analítico-indiciários:

- Sinais: são aspectos visíveis, no processo de observação;
- Indícios: são as circunstâncias que, tendo relação com as bibliotecas, autorizaram, inferir sobre a existência de questões subjacentes ao problema investigado;
- Sintomas: são manifestações conseqüentes à problemática da pesquisa.

Com base neste aspectos introdutórios apresentaremos, a seguir, os procedimentos metodológicos e os encaminhamentos feitos, até este momento, para a construção dos resultados e os principais pontos de discussão teórica. Finalizaremos com apresentação das considerações iniciais em torno dos avanços empreendidos nesta investigação.

## 2. Procedimentos metodológicos

A abertura desta pesquisa deu-se, inicialmente, com a busca por informações sobre a Biblioteca Professora Emília Martins, cujo prédio abandonado, no centro da cidade, levou-nos às primeiras indagações sobre a condição do que pareceria ser a única biblioteca pública da cidade - *Como ninguém mencionou esta biblioteca? Como esquecer uma biblioteca e, ainda mais, localizada no centro da cidade? Por que a fecharam? Houve algum movimento de resistência?*

**Figura 1** – Fachada da Biblioteca Professora Emília Martins



Fonte: os autores

O cenário de abandono foi o primeiro “sinal” e também o primeiro “vestígio” observável acerca da problemática investigada.

## 2.1 Dinâmica da coleta de dados

A operacionalidade da coleta de dados para a produção de informações tem tramitado na seguinte ordem:

- Incursões no terreno da investigação. A primeira ação foi buscar informações sobre esta biblioteca junto aos órgãos administrativos da cidade. Iniciamos pela Secretaria Municipal do Governo, que nos encaminhou ao Centro Administrativo, onde protocolamos a solicitação de informações acerca da criação desta biblioteca. De lá, fomos direcionados à Secretaria de Cultura que repassou apenas informações orais, mais especificamente sobre a professora Emília Martins e não sobre a biblioteca. O passo seguinte foi irmos à Secretaria de Educação. Havíamos obtido por meio da internet o Decreto nº 382, de 2002 que a ligava a este departamento, no entanto, não encontramos nenhuma informação sobre a biblioteca. Nem mesmo este decreto foi mencionado. Fomos orientados por um parlamentar da cidade a procurarmos o Arquivo da Câmara dos Vereadores. Foi neste lugar que os rumos desta pesquisa foram redefinidos. Não encontramos nenhum dado sobre a Biblioteca Emília Martins, porém descobrimos que antes dela existiu outra biblioteca e, subsequente a ela outra biblioteca foi criada. Trata-se da Biblioteca Municipal Hugo Vitor Guimarães, de 1956 e da Biblioteca Professora Matilde Anatalia, de 2010. Logo, não tínhamos apenas uma biblioteca desaparecida, mas três.
- Levantamento do grupo de colaboradores para a formação do que definimos como “comunidade de destino” (Bosi, 1987). Ou seja, do grupo de pessoas que tiveram algum tipo de experiência, direta ou indireta com as bibliotecas desaparecidas. Até o momento, trabalhamos com uma rede de 24 pessoas, cujo agrupamento se deu em um processo árduo, por tratarem-se de acontecimentos ocorridos entre os anos de 1956 à 2013. Neste recorte temporal, algumas pessoas faleceram, outras mudaram de cidade, sem a



possibilidade de contato e, devido a invisibilidade em torno da história social destas bibliotecas, muitas pessoas, simplesmente, as desconhecem. Deste contato inicial, deu-se o agendamento das entrevistas.

## 2.2 Coleta documental

No Arquivo da Câmara dos Vereadores encontramos seis documentos legais, sendo cinco ligados à primeira biblioteca, denominada Hugo Vitor Guimarães, e o último, de 2010, instituindo a terceira biblioteca no município de Florianópolis. Elencamos abaixo, a identificação destes documentos.

- Lei nº 387, de 28 de setembro de 1956, que institui o profissional bibliotecário no município;
- Lei nº 12, de 22 de março de 1967, que autoriza compra de livros
- Lei nº 51, de 07 de novembro de 1967, que autoriza, no mesmo ano da anterior, mais compra de livros.
- Lei nº 248, de 06 de março de 1972, cinco anos depois das anteriores, autoriza também compra de livros;
- Lei nº 249, de 06 de março de 1972, do mesmo ano da anterior, autorizando outra compra de livros;
- Lei nº 531, de 22 de junho de 2010, dispõe sobre a biblioteca municipal Matilde Anatólia da Silva Santos.

Destes documentos, partem não apenas a implementação legal dos equipamentos, mas a partir deles, poderemos inferir o retrato social da cidade em relação a estas bibliotecas, cuja cronologia ainda iremos desenvolver.

## 2.3 As entrevistas

Estamos na fase final da realização das entrevistas. Estas, desenvolvem-se sob os seguintes aspectos: a) quanto à ordenação e ao roteiro: é semiestruturada, com roteiro pré-estabelecido direcionado a dois grupos: pessoas que conheceram as bibliotecas e pessoas que trabalharam nas bibliotecas. O itinerário de perguntas divide-se em três blocos: apreciação (demarca opiniões gerais em torno das bibliotecas); acervo/gestão (perguntas sobre questões estruturais e gerenciais) e, por fim, indagações em torno do fechamento e/ou desaparecimento. b) quanto aos colaboradores: até o momento foram entrevistadas 24 pessoas, cujo agrupamento se deu em um processo árduo, principalmente porque o fenômeno investigado alargou-se a acontecimentos ocorridos entre os anos de 1956 e 2013. O aspecto heterogêneo do grupo é bastante evidente: classes sociais diversas, a idade dos entrevistados varia entre 40 à 75 anos, especificidade esta, ligada ao recorte temporal pontuado acima; c) quanto ao tempo, registro e



lugares de entrevista: foram registradas quase 24 horas de narrativas. O tempo destinado às entrevistas varia entre 40 minutos à 01 hora. 90% das entrevistas foram feitas nas casas dos colaboradores.

### 3. Resultados parciais e discussão

Estamos finalizando a fase das entrevistas e, concomitante a estas, realizamos a estruturação da base de sustentação teórica desta investigação. Por meio deste duplo movimento é possível observar indicativos que aproximam-se, significativamente, da hipótese levantada nesta pesquisa, de que as bibliotecas públicas brasileiras apresentam problemas de enraizamento cultural, ligados a uma fratura sócio-histórica observável entre biblioteca e sociedade no território brasileiro. O campo micro-histórico das bibliotecas de Floriano já consegue oferecer subsídios empíricos que nos levam a crer na existência de um processo estrutural de precarização das bibliotecas no país, vista aqui, a partir do fechamento das três bibliotecas e de quase 800 bibliotecas públicas nos últimos oito anos no território brasileiro.

Esta conjuntura é fundamentada, à princípio, pelo que denominamos de “*marcas histórico-hereditárias*” das bibliotecas do Brasil, de onde partem os sinais, indícios e sintomas presentes na historiografia biblioteconômica brasileira, observados a partir da análise de estudos desenvolvidos por autores como: Lilia Moritz Schwarcz (2002; 2019), Rubens Borba de Moraes (2006), Edson Nery da Fonseca (2007) e Nelson Schapochnik (2003; 2016a; 2016b). Essas marcas foram nomeadas por nós da seguinte forma: **1)** marca histórico-hereditária da censura e repressão; **2)** marca histórico-hereditária patrimonialista e do controle; **3)** marca histórico-hereditária da ostentação e da elitização; **4)** marca histórico-hereditária do “depósito” e, por fim, a marca histórico-hereditária da filantropia.

As proposições resultantes desta primeira análise apontam para questões correlatas à problemática desta pesquisa e que entendemos terem relação com o campo micro-histórico investigado, ou seja, com o desaparecimento das bibliotecas públicas de Floriano. São estas as proposições consideradas até o momento:

- A lógica estrutural da precariedade destas bibliotecas públicas, considerada a partir dos movimentos de invisibilidade, descolamento cultural, desmontes, chegando ao extremo do problema, com os fechamentos. Tal movimento parece não destoar das marcas-histórico hereditárias da Biblioteca no país. Acrescenta-se a este movimento, um obscurantismo, muitas vezes disfarçado e velado em torno destas bibliotecas públicas;
- A colonialidade como via de controle e da subalternidade imposta aos povos colonizados, atua como mecanismo de apagamento de identidades e toda a conjunta das experiências dos povos colonizados através de um padrão de poder, essencialmente europeu, que busca deter as subjetividades, a cultura e o conhecimento (Quijano, 2005). Essa lógica alcança a Biblioteca brasileira, desde sua gênese, com a atuação civilizatória da Companhia de Jesus



em suas práticas educativas (Saviani, 2014) e bibliotecárias. As bibliotecas jesuíticas compartilhavam dos mesmos objetivos postulados pelo modelo de educação praticado pelos jesuítas. Esse modelo era, em sua natureza, elitista, pois preparava lideranças hegemônicas (Casimiro, 2007); segregacionista, haja vista que suas ações não estendiam-se às pessoas escravizadas. Para estas, o propósito inicial estava pautado na confissão, na pregação e na catequização (Luzuriaga, 1990) e, acrescenta-se ao contexto, a população indígena e branca em geral (exceto as mulheres), cuja educação dispensada era aquela considerada elementar - doutrina católica e as primeiras letras (Romanelli, 1987; Rocha, 2010) e, finalmente, o modelo universalista, pré-determinado, indistinto e generalista (Saviani, 2011). Assim, parte desse panorama a “condição colonial” (Bosi, 1987), responsável pelas múltiplas fraturas culturais que marcam não apenas a biblioteca, mas toda a vida brasileira (Perrotti, 2023);

- Fragilidade institucional atravessou a Biblioteca brasileira desde sua fundação. À princípio, com o desmonte das bibliotecas jesuítas, ocasionado pela expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, após a implementação da política de Marquês de Pombal e, posteriormente, com o Brasil Império, marcado por uma organização política aligeirada, responsável por instituir um modelo de biblioteca nômade e, segundo Schapochnik (2003), com um assentamento existencial errático. A biblioteca, como parte integrante da organização política do Brasil Imperial, assim como outras instâncias instituídas neste período, foi afetada pela desordem administrativa (Leal, 2004) e pela conseqüente opacidade em torno do sentido institucional que lhe foi imposto. Temos assim, uma Biblioteca, cuja institucionalidade foi comprometida já na sua intenção existencial. Ou seja, todo o conjunto das predisposições e tendências humanas a formar uma instituição e viver *em, com e entre* ela, foi corrompido, dentre outros fatores, pela perspectiva 'outorgada' a estes equipamentos. A faculdade de "acatar ao instituído" se esvaziou ou perdeu o sentido (Araújo, 2020);
- Instabilidade em torno da noção de Biblioteca enquanto “território cultural ou simbólico cultural” (Haesbaert; Limonard, 1999). Entendemos que o “*território-biblioteca*”, para além das relações materiais, pressupõe as relações simbólicas construídas em seus espaços, tanto pela dimensão individual daqueles que dela se aproximam, quanto pela coletividade, de onde parte a noção de interculturalidade (Fleuri, 2014). Todavia, a instabilidade ou inconsistência nos sentidos de territorialidade ligados à Biblioteca, acabam por torná-la um “não-lugar” (Augé, 1994) dentro do circuito social, cultural, político e educativo da sociedade. Essa condição é materializada pelo descolamento cultural destes equipamentos em relação aos lugares onde são “transplantados” e isso é, obviamente, resultado da colonialidade e da conseqüente fragilidade institucional, apontadas acima.
- Visão funcionalista e instrumentalista ligada à perspectiva da biblioteca como uma “organização” e não como “instituição”. Entendemos que, enquanto “organização” a biblioteca opera em favor do mercado e da competitividade, servindo como instrumento para





a mercantilização do conhecimento e dos saberes. De outro lado, a biblioteca vista sob a perspectiva de “instituição” tem sua lógica pautada em “ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa” (Chauí, 1989, p. 06). Como instituição, a biblioteca discute ou questiona sua própria existência, sua função e seu lugar, oportunizando vínculos e negociações frente aos conflitos;

- Políticas públicas flutuantes, inconsistentes e tardias. De acordo com Oliveira e Prados (2015) a primeira política pública ligada à biblioteca foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, no governo de Getúlio Vargas. Até então, o movimento em torno deste equipamento era feito por meio de decisões políticas. Para Rua (2009) existem diferenças importantes entre “*políticas públicas*” e “*decisão política*”. As políticas públicas compreendem “o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos” (Rua, 2009, p. 19). Já a decisão política corresponde a uma escolha dentre um “conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências [...], expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis” (Rua, 2009, p. 19). A Biblioteca brasileira emerge em contexto de decisões políticas marcadas pelo patrimonialismo e paternalismo, marcas histórico-hereditárias deste equipamento em território brasileiro. Acrescenta-se a esta condição o imperativo outorgante imbricado nessas políticas que, afetadas por um constante estado de suspensão, entre tempos e espaços culturais fraturados e distintos (Perrotti, 2023), impedem a ligação entre Biblioteca e Sociedade. Essa relação seria, então, resultante da criação de políticas públicas firmadas e comprometidas com o enraizamento, tendo em vistas o vínculo social, político, cultural e educativo entre biblioteca e comunidade;
- Ausência ou opacidade da memória em torno das bibliotecas. Pierre Nora (1993) pontua que história e memória são instâncias indissociáveis e que memória está vinculada às experiências. Quando ligamos a posição do autor ao contexto histórico das bibliotecas brasileiras, incluindo aquelas desaparecidas na cidade de Florianópolis, identificamos a fragilidade em torno da memória institucional, social e cultural existentes no país. A Biblioteca como “lugar de memória” deveria constituir-se como espaço privilegiado e orgânico para vinculações e negociações culturais, políticas e educativas. Nesta investigação, observamos que, com exceção da chamada “Comunidade de Destino”, que esteve ligada, direta ou indiretamente, às bibliotecas desaparecidas, as pessoas da cidade desconhecem a existência destes equipamentos, ou seja, as pessoas não construíram memórias *com* e *através* destas bibliotecas. Nem mesmo o prédio abandonado, situado no centro da cidade, cuja identificação ainda é visível, como mostra a Figura 1, é suficiente para sinalizar informações ou lembranças sobre esta biblioteca.

No cruzamento entre as proposições teóricas elencadas acima e a análise das informações coletadas, é que discutiremos com mais propriedade o problema do enraizamento cultural das



bibliotecas no Brasil. Por hora, inferimos que, por meio das narrativas recolhidas e dos documentos encontrados, muitos são os indícios de que a ausência de vínculos entre biblioteca e sociedade configura-se como uma condição histórica da ausência de raízes culturais do equipamento biblioteca no país. Nesse sentido, podemos adiantar alguns pontos importantes nesse processo:

- A escassa memória institucional destas bibliotecas. Os gestores atuais não têm conhecimento dos equipamentos e quando se referem às bibliotecas, a tomam como ações de outras gestões. Daqui partirá discussões em torno da fragilidade institucional e da incapacidade orgânica das políticas públicas para as bibliotecas outorgadas e apartadas da sociedade;
- De outro lado, observamos uma memória social (Bosi, 2003; Pollack, 1992; Halbwachs, 1990) voltada para a biblioteca em sua dimensão funcional e utilitária. Ou seja, as pessoas não identificam aquelas bibliotecas como um “lugar social” de partilhas e de pertencimento. Essa perspectiva pragmática nos levará a discutir sobre a noção de “instituição” diluída na perspectiva organizacional propagada na dita “sociedade da informação”.

Neste contexto, vale destacar que a analisar destas memórias (institucional e social/cultural), sob a perspectiva indiciária, implicará observar não apenas o que foi posto, explicitamente, nos documentos e nas narrativas, mas envolverá o exame de questões secundarizadas, marginalizadas ou obscurecidas nestas fontes de informação.

#### 4. Conclusões

Entendemos que os pontos de reflexões apreendidos dentro do andamento desta pesquisa, e indicados neste documento, ainda serão esclarecidos com maior precisão ao avançarmos e finalizarmos a fase de análise das informações. Os indicativos inscritos neste trabalho são, portanto, resultados de observações iniciais embasadas, especialmente, nos postulados intrínsecos ao paradigma indiciário e à perspectiva micro-histórica, vinculados a uma base teórica indicada, parcialmente, aqui. Neste sentido, inferimos, com base nos sinais, indícios e sintomas, em torno das chamadas “*bibliotecas episódicas*” e de suas problemáticas, uma pressuposta ausência de raízes culturais. O enraizamento cultural é, nesta investigação, compreendido a partir da perspectiva trabalhada por Simone Weil (2001) e inscrito aqui, como o “anúncio”, ou seja, a enunciação do que pode vir a ser, de um devir esperançoso sustentado pela luta no estreito e radical comprometimento com o outro e com a causa que lhe confere libertação (Freire, 2014).

Se de uma lado, apontamos as “*bibliotecas episódicas*” sob o viés da “denúncia”, advinda de “situações-limites”, onde são negados direitos em uma atmosfera de desesperança frente a uma realidade que oprime, desumaniza e imprime violência sobre o outro e sobre sua experiência



(Freire, 2014), de outro lado, enxergamos as “*bibliotecas mandacarus*”, ou seja, bibliotecas que mesmo assentadas em solos culturais áridos e sequiosos sob condições adversas, subsistem, resistem. Estes organismos, apesar de emergirem em terrenos que lhes conferem apenas a conformidade adaptativa, cuja atenção, cuidado e zelo ficam a cargo, quase sempre, da força insurgente do ambiente no qual estão fincados e de militantes culturais abnegados, que lutam pelo direito de “penetrar no reino surdo das palavras” (Andrade, 2012), tal como os mandacarus, agarram-se ao solo e sobrevivem em meio hostil, mesmo se com dificuldades.

## 5. Referências bibliográficas

Andrade, C. D. de (2012). Procura da Poesia. En C. D. de Andrade, *A rosa do povo* (pp. 11-12). São Paulo: Companhia das Letras.

Araújo, T. M. (2020). *Raízes da institucionalidade* (Tese de Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas (SP): Papirus.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Bosi, A. (1987a). *História concisa da literatura brasileira* (3a ed). São Paulo: Cultrix.

Bosi, Eclea (2003). A substância Social da Memória. En E. Bosi, *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social* (pp. 13-48). São Paulo: Ateliê Editorial.

Bosi, Eclea (1987b). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (2a ed). São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

Casimiro, A. P. B. S. (2007). Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. *Revista Politeia: História e Sociedade*, 7(1), 85-102. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3879/3188>. Consulta em: 09/02/2024.

Chauí. Marilena (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, set à dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Consulta em: 14/04/2022.

Colognese, S. A. e Melo, J. L. B. (1998). A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, 9, 143-159. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/PESQUISA%20EM%20GEOGRAFIA/A%20%E9cnica%20da%20entrevista%20na%20pesquisa%20social.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PESQUISA%20EM%20GEOGRAFIA/A%20%E9cnica%20da%20entrevista%20na%20pesquisa%20social.pdf). Consulta em: 16/06/2023.



Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>. Consulta em: 03/08/2022.

Freire, P. (2014). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.

Freitag, M. (1996). *Le naufrage de l'université*. Paris: Editions de la Découverte.

Haesbaert, R. e Limonad, E. (1999). O território em tempos de globalização. *Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, 5, 7-19.

Halbwachs, M. (1990). *A Memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.

Fonseca, E. N. da (2007). *Introdução à Biblioteconomia* (2a ed). Brasília: Briquet de Lemos.

Ginzburg, C. (2007). Micro-história: duas ou três coisas que eu sei a respeito. En C. Ginzburg, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ginzburg, C. (1989). *Mito, emblema e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ginzburg, C.; Castelnovo, E. e Poni, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Editora Difel e Editora Bertrand.

Luzuriaga, L. (1990). *História da educação e da pedagogia* (18a ed). São Paulo: Ed. Nacional.

Moraes, R. B. de (2006). *Livros e bibliotecas no brasil colonial* (2a ed). Brasília: Briquet de Lemos.

Nora, P. (1993). Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10(1).

Oliveira, A. D. de e Prados, R. M. N. (2015) Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil. *Información, cultura y sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas*, 32, 95-107. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2630/263039285006.pdf>. Consulta: 18/01/2024.

Perrotti, E. (2023). Biblioeducação, Rompendo Paradigmas: transversalidade e verticalidade na Era da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, 17. DOI:10.36311/1981-1640.2023.v17.e023055. Consulta em: 09/01/2024.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En E. Lander (Org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Consulta em: 08/10/2023.



Rocha, M. A. dos S. (2010). A educação pública antes da independência. Em Universidade Estadual Paulista (Unesp), *Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira* (Vol. 1, pp. 32-47). São Paulo: Cultura Acadêmica, Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t02.pdf>. Consulta em: 10/02/2024.

Romanelli, O. de O. (1986). *História da educação no Brasil: 1930-1973* (8a ed). Petrópolis: Vozes.

Rua, M. das G. (2009). *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSCBrasília: CAPES:UAB. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>. Consulta em: 17/01/2024.

Saviani, D. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil* (3a ed). Campinas, SP: Autores Associados.

Saviani, D (2014). *O lunar de Sepé: paixão, dilemas e perspectivas na educação*. Campinas, SP: Autores Associados.

Schapochnik, N. (2016a). Comércio e sociabilidade livresca: o Rio de Janeiro British Subscription Library, 1826-1890. *História*, 35(102). Disponível em: <https://historiasp.franca.unesp.br/comercio-e-sociabilidade-livresca-o-rio-de-janeiro-british-subscription-library-1826-1890/>. Consulta em: 13/08/2023.

Schapochnik, N. (2003). Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. Proj. *História*, 26.

Schapochnik, N. (2016b). Vida associativa, ócio regrado e leitura na Sociedade Germânia do Rio de Janeiro, 1826-1889. En Schapochnik, N., Venâncio, G. M. (Org.), *Escrita, edição e leitura na América Latina* (pp. 143-162). Niterói: PPGHistória UFF, Coleção História On-line. 01.

Schwarcz, L. M. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terreno de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Weil, Simone (2001). *O enraizamento*. Bauru: EDUSC.

